



## DIREITOS, GÊNERO E COLETIVOS KAIOWÁ E GUARANI

Célia Maria Foster Silvestre<sup>1</sup>  
Veronice Lovato Rossato<sup>2</sup>

### Resumo

Esta comunicação se propõe a apresentar elementos relacionados à proposta do programa de extensão “Ojapo tape oguatá hina. Se faz caminho ao andar”, vinculado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, contemplado com recursos do PROEXT/MEC – 2015 e desenvolvido em 2017. As ações visam promover a formação de professores e professoras Guarani e Kaiowá nas temáticas de gênero, entendendo essa categoria como uma abordagem útil para a compreensão das situações de violência vivenciadas nas aldeias. O enfoque das ações contemplam os direitos humanos, considerando a perspectiva de gênero como abordagem a partir da qual se pode refletir a respeito das relações de poder internas às comunidades e do entorno com as mesmas.

**Palavras-chave:** Direitos. Gênero. Kaiowá. Guarani.

### Direitos, gênero e coletivos indígenas


Embora a Constituição Brasileira garanta uma série de direitos aos povos indígenas, as instituições encarregadas da implementação das políticas públicas respaldadas nesses direitos não têm dado conta das diferenças presentes nos distintos contextos culturais e esses direitos não são efetivados. Um desses campos é o direito das mulheres indígenas.

A Convenção 169 reforça os direitos dos povos indígenas e está ratificada pelo Brasil. Estabelece que ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS. celia.silvestre@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrado em Educação. veronicerossato@yahoo.com.br





desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

Esses são aspectos que estão fundamentados em uma determinada perspectiva de valores ocidentais, que dizem respeito ao que é humano, como exemplos da livre iniciativa, participação política ampla, igualdade de direitos. São valores ocidentais próprios da modernidade. E, ao mesmo tempo que estão registrados enquanto prerrogativas, escondem a história de usurpação que os constitui.


A compreensão de direitos própria dos Guarani e Kaiowá fica evidenciada na pauta que emerge do movimento social indígena. A presença das mulheres nesse movimento, mesmo em reuniões organizadas para a discussão de temáticas de gênero, atende a uma agenda que diz respeito ao coletivo. Nesse sentido, a reivindicação segue o que consideram prioritário: a demarcação de terras indígenas. Com isso entendem que os demais direitos e condições de socialidade, no jeito próprio dos guarani e kaiowá, emanam do acesso à terra.

Essas especificidades im-portam uma dinâmica que deve ser reconhecida ao lidar com a temática de gênero entre os coletivos indígenas. Im-porta em reconhecer que as lutas das mulheres brancas se fizeram a partir de dinâmicas históricas, próprias da sociedade capitalista, no horizonte da noção de direitos e com base no ideal iluminista de emancipação. A ambivalência e ao mesmo tempo a multiplicidade de aspectos a serem contemplados na luta emerge do cenário que se constrói uma determinada noção de humano e ela não contempla as mulheres. Para além e contra sua supressão da humanidade na construção de gênero, as pessoas não masculinas tem que, constantemente, se rebelar contra as normas que lhe cerceam as experiências de ser e estar no mundo, buscando promover novas formas de articulação contra os campos de discurso e poder que regulamentam o humano (Butler, 2002, p. 13).

No que se refere aos coletivos indígenas, a regulamentação do humano, produzida a partir das matrizes ocidentais, os coloca do lado do não humano. Os campos de discurso e poder não im-portam as concepções de humano da pessoa indígena, ao contrário, a concebem como o não humano, ou inumano. O inumano a partir do qual e contra o qual se fortalece e se constitui. A violência do processo requer sua sublimação, a partir da noção e constituição de direitos.

As marcas da colonialidade se reproduzem no presente. Ela se expressa nas instituições, legislação, procedimentos e na socialidade de forma geral. São marcas profundamente vinculadas ao patriarcalismo. As relações de cunho patriarcais orientam, inclusive, as agências estatais, em toda a extensão institucional.





A configuração que conquistou hegemonia, em nível mundial, é a da sociedade ocidental, que privilegia o indivíduo masculino, adulto, branco, proprietário. Na relação com os povos indígenas, essa configuração hegemônica influencia as políticas públicas em diversas instâncias, reforçando matrizes de socialidades neocoloniais.

### **Ojapo tape uguata hina**


O Programa de Extensão “Ojapo Tape Uguata Hina: se faz caminho ao andar” surge do entrecruzamento de várias perspectivas, engendradas por pessoas e a partir dos lugares que elas ocupam, procurando contribuir para desconstruir essas matrizes. Traz em si as reflexões a respeito de gênero, produzidas na universidade, a partir da teoria de gênero, lugar esse cada vez mais ocupado pelas mulheres indígenas; as conversas com as mulheres guarani e kaiowá, incluindo as professoras, nas aldeias e nos cursos de formação de professores guarani e kaiowá; os lugares nas instituições encarregadas de fazer a formação a respeito de direitos humanos e assegurar que sejam cumpridos; e para além e cruzando com todos eles, o não-lugar inquieto proporcionado pela história de violência que os coletivos indígenas vivenciam.

Com isso, importa relativizar as compreensões de gênero, em suas concepções universalistas e contextualizar o entrecruzamento dos diversos humanos, ou distintas compreensões de destino, como diz José de Souza Martins (1997).

Essa questão se coloca no horizonte dos direitos das mulheres, procurando entender, a partir da socialidade guarani e kaiowá, quais são suas perspectivas a esse respeito. Se coloca, também, na necessidade de contruir elementos que permitam às mulheres recorrerem às instâncias formais de direitos, quando e se sofrerem violência. Essa é uma situação que as mulheres frequentemente trazem para as conversas: quando sofrem violência, têm muita dificuldade em procurarem as delegacias – o constrangimento, a distância a ser percorrida, a falta de transporte. Quando chegam a fazê-lo, se deparam com uma série de outras barreiras, expressas, geralmente, no homem branco e falante de português que vai atendê-las. Quando atendem, não atendem... dizem que a mulher precisa falar com o capitão na aldeia.

Com base nessa perspectiva, o programa constitui em um conjunto de ações que envolve a formação de professores e professoras guarani e kaiowá quanto à temática de gênero, a partir de metodologias que engendrem a expressão das relações entre homens e mulheres nas aldeias guarani e kaiowá e permitam refletir sobre elas, visando: colaborar para a articulação entre escola e grupos de mulheres Guarani e Kaiowá para o enfrentamento das situações pertinentes às relações de gênero; promover a compreensão da organização social dos Guarani e Kaiowá contemporâneos, em uma perspectiva de gênero, fortalecendo as





mulheres no enfrentamento das situações de impacto ocorridas no contato com o entorno; constituir uma ação em rede, configurando-a enquanto um observatório das políticas públicas voltadas para mulheres indígenas, a partir do envolvimento das secretarias municipais de educação, e da ação dos estudantes, indígenas e não indígenas, vinculados ao programa como bolsistas; aproximar os estudantes universitários, indígenas e não indígenas, promovendo a relação interétnica e a diminuição de preconceitos; produzir, divulgar e distribuir materiais impressos e digitais que representem as ações desenvolvidas e as sínteses elaboradas a partir das mesmas.


Envolve, ainda, trabalhar com professoras indígenas e outras mulheres que compõem sua rede de parentes dentro das escolas indígenas das áreas que abrangem o projeto. A intenção é promover junto com as professoras indígenas as rodas de mulheres em guarani que deverão ser realizadas dentro do espaço da própria parentela. Propõe-se que as professoras constituam as rodas de conversas entre parentes para falar sobre os valores presentes na educação tradicional guarani Kaiowá, os embates estabelecidos entre educação escolar e educação tradicional, a socialização das novas gerações guarani e kaiowá nos tempos atuais e questões relativas ao trabalho masculino fora das aldeias, os novos encargos femininos e como família e escola têm lidado com esta nova situação dentro das reservas.

A intenção é promover a reflexão, juntos das professoras indígenas, sobre as permanências e mudanças culturais presente no processo educativo, considerando a família como uma unidade social importante de formação das crianças e jovens indígenas, a fim de estabelecer diálogo entre os diferentes mecanismos educacionais presentes na sociedade indígena, isto é, educação escolar e educação tradicional. As reuniões com as parentelas das professores tem o objetivo de pensar as seguintes questões: 1) quem educa e como se educa dentro da família indígena; 2) qual avaliação das mulheres em relação a atuação da escola indígena no processo educativo das crianças e avaliar como a escola indígena vem trabalhando a fim de manter o vínculo entre valores presentes na educação tradicional e na escola indígena; 3) tratar de assuntos relativos às mudanças vividas dentro da família com a saída dos homens para o trabalho nas usinas pensando como família e escola podem trabalhar com as dificuldades advindas desta situação; 4) pensar as relações de gênero na família a fim de possibilitar maiores condições para trabalhar com a temática junto com a escola indígena (PEREIRA, 2016, 2011, 2008; SERAGUZA, 2013; SILVESTRE, 2017).

### **Im-portando as discussões a respeito de gênero e violência**

Um dos cuidados necessários às ações de extensão, a partir da universidade, é o de não





reproduzir elementos de colonialidade. As experiências de trabalho no campo, que fortaleceram vínculos, permite visualizar maneiras apropriadas de favorecer espaços de diálogo sem invadir a prerrogativa e autonomia que as e os Guarani e Kaiowá têm de refletir a respeito de suas formas de socialidade. Por esse motivo, o Programa se constitui em uma possibilidade de apoiar os espaços e formas de articulação que já existem, como a Aty Kuña, grande reunião de mulheres, que acontece periodicamente com o objetivo de fortalecer as mulheres guarani e kaiowá na luta por direitos. Esse evento acontecerá em setembro de 2017, na aldeia Kurusu Ambá. Esses são espaços que contribuem para nos indicar as dimensões das socialidades de gênero entre esses coletivos.

Um dos elementos importantes para o desenvolvimento das ações é o envolvimento de pessoas com um longo histórico de trabalho entre os e as Guarani e Kaiowá. Acredita-se que as ações, a partir dessa abordagem focada no favorecimento de espaços de diálogo, terão um efeito formador das pessoas envolvidas, docentes e discentes vinculadas e vinculados ao Programa, que se multiplicará nos materiais a serem publicados e contribuirão para a garantia de direitos a esses coletivos.

## Referências

- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997.
- PEREIRA, Levi M. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul**: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados: UFGD, 2016.
- PEREIRA, Levi. **A importância da mulher na sociedade kaiowá**. 2011. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php>
- PEREIRA, L. M. A criança kaiowa, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade. In: **32o Encontro Anual da Anpocs**, 2008, Caxambu. 32o Encontro Anual da Anpocs, 2008.
- SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres kaiowá e guarani**. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). FCH. UFGD, Dourados.
- SILVESTRE, Célia Foster; CACCIA-BAVA, Augusto. **Entretempos**: experiências de vida e resistência entre os Kaiowá e Guarani a partir de seus jovens. Jundiá: Paco, 2017.







UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas Aguiar  
Diagramação: Thomas Aguiar

